

# O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

ELISIANE DE FÁTIMA EICH ILHA (UFSM).

## Resumo

Este trabalho apresenta as reflexões acerca de uma experiência desenvolvida como visitadora do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) proposto como uma política pública pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. O referido programa tem como objetivo orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que possam estimular o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades de suas crianças. Nesse sentido, esse estudo propõe uma reflexão teórico-prática de situações de aprendizagem criadas no cotidiano familiar das crianças participantes, no que concerne ao caminho percorrido por elas até se tornar alfabetizadas, considerando a relevância da infância na epistemologia da construção destes conhecimentos. Utilizando a abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa participante, a visitadora desenvolveu as atividades pedagógicas, semanalmente, por meio da visita domiciliar com duração aproximada de uma hora. Participaram como sujeitos os integrantes de vinte e seis famílias vinculadas ao Programa Primeira Infância Melhor no Município de São Pedro do Sul nos anos de 2006 e 2007, que contavam com a participação de crianças de zero a seis anos de idade. Conclui-se, que a infância é um período que precisa ser respeitado e valorizado, pois é uma etapa fundamental para a vida de todo ser humano, já que é nessa fase que se constitui enquanto sujeito, assim, o processo de construção da lecto-escrita precisa acontecer de forma prazerosa, significativa e lúdica. A experiência resultante do programa permite acreditar que a compreensão da realidade aponta caminhos para refletir, discutir e intervir no espaço de aprendizagem que constitui o ambiente familiar.

## Palavras-chave:

Alfabetização, Infância, Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as reflexões acerca das experiências de aprendizagem desenvolvidas durante a primeira infância das crianças que participam do Projeto Primeira Infância Melhor (PIM) proposto como uma política pública pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Toma como sujeitos de pesquisa as vinte e seis famílias que provocaram a necessidade de estabelecer uma reflexão-ação-reflexão permanente, pois a experiência como *visitadora* e monitora no Programa Primeira Infância Melhor[1], no Município de São Pedro do Sul, desencadeou a abertura de um diálogo com as discussões acadêmicas acerca das teorias de aprendizagem que orientam as atividades pedagógicas sugeridas pelo programa. Neste caso específico buscou-se nos pressupostos da epistemologia genética de Jean Piaget os fundamentos para compreender que as crianças entre zero e seis anos de idade constroem a maior parte dos seus conceitos - nesse caso, a lecto-escrita.

Apresenta-se como objetivo principal propor uma reflexão teórico-prática a partir de situações de aprendizagem, criadas no cotidiano familiar das crianças participantes no que diz respeito ao caminho percorrido por elas até se tornarem alfabetizadas, levando em consideração a importância da infância para a construção desses conhecimentos.

Assim, a estrutura adotada neste estudo procura situar o leitor nos fundamentos teóricos que sustentam a proposta do referido programa; descrever o cotidiano de uma visitadora do PIM; discutir a construção do conhecimento na infância; trazer algumas considerações sobre o processo de alfabetização na primeira infância e; um esboço de algumas conclusões prévias acerca da importância que tal programa poderá vir a contribuir no processo de ensino-aprendizagem destas crianças ao introduzirem-se no ambiente escolar.

## **O Programa Primeira Infância Melhor**

O PIM foi criado pelo Governo do Estado em dois mil e três (2003) do Rio Grande do Sul, e tem como referência teórica-metodológica o programa cubano "Educa a tu Hijo", coordenado pelo Centro de Referencia Latinoamericano para la Educación Preescolar (CELEP). O Programa foi instituído como política pública em 03 de julho de 2006 através da Lei Estadual nº 12.544/06.

O Programa possui a sua estrutura composta pelo Grupo Técnico Estadual (GTE), Grupo Técnico Municipal (GTM), Monitores e Visitadores. O segundo grupo é constituído por no mínimo três profissionais da área que representam a Secretaria Municipal da Educação, a Secretaria da Municipal da Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo que o papel destes é de gerenciar, acompanhar e avaliar o Programa no município.

O PIM foi implantado no Município em julho de 2005 de acordo com o Decreto Estadual nº42199. Mais adiante, em janeiro de 2006, foi realizada a primeira capacitação de visitadores do município. Em abril do mesmo ano a equipe do programa mergulhou efetivamente dentro das comunidades selecionadas, onde foi realizada em cada bairro uma sensibilização junto às famílias para ingressarem no programa.

## **O cotidiano de uma visitadora**

O trabalho do visitador se desenvolve a partir do planejamento das atividades para serem realizadas semanalmente nas famílias. Cada profissional atende cerca de vinte e cinco famílias de acordo com a demanda. O Programa é dividido em duas modalidades de atendimento: individual e grupal. Na primeira estão inseridas as crianças de zero a três anos e também as gestantes, porém estas têm atendimento individual quinzenal, pois intercala-se com os encontros grupais à gestante uma reunião comunitária. Nesta modalidade o trabalho é realizado semanalmente por meio da visita domiciliar com duração aproximada de uma hora para o desenvolvimento da(s) atividade(s) planejada(s) pela visitadora.

A segunda modalidade é destinada às crianças de zero a seis anos, também semanal, porém os encontros são feitos em diferentes locais, como por exemplo, associações comunitárias, capelas, escolas, ou até mesmos nas próprias casas se necessário, com tempo de duração de uma hora para o desenvolvimento da(s) atividade proposta(s).

O planejamento das atividades de ambas as modalidades deve levar em conta a faixa etária de cada criança, pois cada uma delas é única, possuem suas singularidades e limitações. O desenvolvimento do trabalho consistia em várias fases: desenvolver atividades lúdicas, dar orientações às famílias quanto ao

desenvolvimento infantil, cuidados básicos de saúde, higiene, a importância dos laços afetivos como parte fundamental no crescimento da criança, propiciando aos *cuidadores*2 momento de interação e aproximação com as crianças por meio de brincadeiras e construção de jogos e brinquedos com materiais alternativos.

### **A infância como espaço de construção de conhecimento**

**Como os homens constroem o conhecimento? Esta foi uma indagação epistemológica que, segundo Dolle (2001), Piaget fez para saber de que forma o conhecimento era construído pelo ser humano. A partir disso, surgiu a epistemologia genética que estuda o fenômeno do desenvolvimento da inteligência e da construção do conhecimento. De acordo com Dolle (2001), não há conhecimento pronto: ele é uma construção constante.**

**O sujeito age sobre o meio em que vive, constrói relações com o mundo que o cerca, muda o que acredita ser necessário de acordo com as suas necessidades. Esse sujeito é, na concepção de Becker, "o sujeito epistêmico constitui-se pela sua própria ação" (Becker, 2003: 35).**

**No que diz respeito ao conjunto da teoria piagetiana, é importante que fique claro que a criança precisa passar por dois processos de abstrações, os quais são diferentes, porém se complementam, sendo eles a abstração reflexiva e a abstração empírica. O que para Piaget (1995) significa:**

**A abstração reflexionante já é, por si mesma, uma espécie de operação que retira certas coordenações de seu contexto, retendo-as, e descartando o restante. A abstração empírica também o é, em certo sentido, porém, em menor grau, porquanto se limita a escolher, dentre os observáveis perceptíveis, aqueles que respondem a uma dada questão. (p. 278)**

**Os dois processos citados anteriormente são centrais na teoria de Piaget, uma vez que a construção do conhecimento se dá no momento em que a criança entra em conflito com situações do dia-a-dia e necessita abstrair as informações e estímulos que o mundo empírico lhe proporciona, fazendo uma interligação com as suas experiências de vida.**

**Na visão de Piaget, a questão da inteligência está relacionada com a afetividade quando afirma que: "as transformações da ação provenientes do início da socialização não têm importância apenas para a inteligência e para o pensamento, mas repercutem também profundamente na vida afetiva" (PIAGET, 2003: 36).**

**Partindo dessas argumentações, torna-se relevante insistir o quanto esse acompanhamento é indispensável para a vida futura dessa criança, pois, são nos seus primeiros anos de idade que são construídas as suas primeiras aprendizagens. De acordo com o Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador, fica claro que: "os primeiros anos de vida de uma criança constituem a base principal para o desenvolvimento de todo o ser humano. Nesta etapa, todos os processos psíquicos (percepção, pensamento, linguagem, etc...) estão em formação" (RIO GRANDE DO SUL, 2007: 31).**

Ainda nesse foco Ramires e Schneider (2007) reforçam tal posicionamento dizendo:

Enfim, pode-se afirmar que a qualidade dos cuidados recebido na primeira infância é decisiva para o desenvolvimento saudável da criança. A capacidade de percepção, a memória, o desenvolvimento da linguagem, da atividade simbólica e das estruturas de pensamento, todas essas são dimensões sensíveis à qualidade de desses cuidados (p. 43).

Desta forma, fica cada vez mais evidente a importância da participação da família no processo de desenvolvimento infantil, uma vez que é nesta fase que a maior parte dos conhecimentos são construídos.

O processo de alfabetização na primeira infância

Quanto à lecto-escrita, torna-se importante deixar claro que o PIM não tem como objetivo alfabetizar as crianças, porém, são inúmeras as atividades que trazem como proposta preparar a criança para o processo da alfabetização formal desenvolvido pela escola.

Uma outra questão a ser considerada é a grande necessidade que emergiu, durante as visitas às famílias, de orientar as mães, pais ou cuidadores da importância do elogio e do incentivo para com a criança durante qualquer que fosse a atividade, nesse caso, quanto às atividades com leituras de histórias infantis, brincadeiras e confecção de fantoches, desenhos e pinturas, enfim, atividades que estivessem ligadas à produção da criança. Essas atividades tinham como objetivo provocar e instigar a criança para que ela falasse, se expressasse, questionasse, participasse e, além disso, criasse a sua própria maneira de aprender, seja construindo um brinquedo, seja fazendo rabiscos no papel, a fim de que a partir disso tudo ela usasse a sua criatividade e a sua imaginação. Na visão de Ferreiro e Teberosky, fica claro que "o sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca" (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999: 29).

O mundo da escrita precisa ser explorado pela criança, desde sua concepção e a leitura já deve fazer parte da sua vida. Pois, ao escutar histórias, ao explorar os livros, ao assistir filmes, a criança está desenvolvendo a sua imaginação, curiosidade e criatividade, e se torna mais perspicaz para ampliar a sua visão e leitura de mundo.

É preciso ter claro, que o processo de alfabetização não se restringe a saber ler e escrever apenas, mas ao fazer os diferentes tipos de relações destas práticas com o cotidiano vivido, pois isto é o que se chama

de leitura de mundo que, conforme Freire (2001), ao colocar a importância da valorização do conhecimento de mundo construído pelos sujeitos antes mesmo de inserirem-se no mundo letrado, diz que a leitura de mundo precede a leitura da palavra.

Diante dessas concepções de aprendizagem, fica claro a necessidade do professor buscar subsídios teóricos para compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos, embora isso não seja suficiente, pois mais do que dar embasamento teórico é preciso relacionar a teoria com a prática, já que uma depende da outra para que se dê sentido à práxis. De acordo com Soares (SOARES, 2003),

[...] nesse contexto de falsos pressupostos sociais, culturais e lingüísticos, a escola atua, na área da alfabetização, como se esta fosse uma aprendizagem "neutra", despida de qualquer caráter político. Aprender a ler e a escrever, para a escola, parece apenas significar a aquisição de um "instrumento" para a futura obtenção de conhecimentos, a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, de construção do saber e meio de conquista de poder político (p. 22).

O que se entende é que a concepção de analfabeto tem sido atribuída àqueles indivíduos que não sabem ler nem escrever. Porém, essa nomenclatura vem tomando outras formas, pois se sabe que mesmo a pessoa não tendo a habilidade da leitura e da escrita, ela tem condições de fazer relações com práticas que envolvam a escrita. Ser alfabetizado, não quer dizer que a pessoa possui condições de desenvolver atitudes mais complexas da lecto-escrita. Dessa maneira Soares (SOARES, 1998), especifica que:

As pessoas se alfabetizam aprender a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem a competência para a leitura e da escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não lêem livros, jornais, revistas, não sabem redigir

um ofício, um requerimento, uma declaração (p. 45).

A partir dessa afirmação, entende-se que antes mesmo da criança ser alfabetizada ela pode ser considerada letrada, ou seja, que as próprias experiências cotidianas lhes dão possibilidades de compreender o mundo das letras. Por exemplo, a criança que ouve histórias é vista como alguém letrada, pois tem condições de relacionar o conteúdo da história com o seu cotidiano vivido.

Da mesma forma, isso acontece com a sua oralidade, a qual vai se aprimorando ao longo do tempo sob influência do ambiente em que se está inserido, por isso salienta-se a importância de se dar oportunidades para que a criança conviva e se habitue com momentos que envolvam a leitura e a escrita.

A alfabetização vai além da aquisição da leitura e da escrita, da decodificação de símbolos e letras, ela precisa ser desenvolvida por meio de práticas pedagógicas lúdicas, prazerosas, dentro de um contexto real, e, portanto significativas para a criança. Concomitantemente, o aluno consegue fazer relações do seu mundo vivido com as aprendizagens construídas na escola.

Para Soares (1998) alfabetização e letramento são dois processos que andam juntos, sendo que a criança precisa ser alfabetizada dentro de um contexto letrado, ou seja, não basta saber ler e escrever, mas sim compreender as reais 'funções da lecto-escrita' no seu cotidiano.

Assim, a escola precisa pensar em práticas pedagógicas diferenciadas que leve em consideração o processo de desenvolvimento dessas crianças, respeitando as singularidades e limitações de cada uma, favorecendo a construção de seus conhecimentos de acordo com o seu tempo de aprendizagem e tendo como ferramenta de trabalho atividades e espaços lúdicos na busca de uma construção significativa.

Possíveis contribuições para a inserção no espaço escolar

- A abertura de um canal de comunicação com a família

A partir da leitura de mundo realizada durante as visitas, percebeu-se que cada vez mais a família está tomando outras proporções, novos conceitos

sobre essa temática estão surgindo e, diante disso, foi possível compreender que hoje, não é correto usar o termo família e sim "famílias", pois para Giddens (2005), isso alerta para a diversidade familiar; mesmo que se refira no singular "família" é necessário que se entenda a variedade de conceitos sobre o tema abordado.

Estar atento a essas questões é de extrema importância, uma vez que, a partir do momento em que mergulhamos no ambiente intrafamiliar, estamos de uma certa forma nos introduzindo no cotidiano dessa família. Por isso, é preciso que compreendamos a diversidade de realidades e situações que iremos encontrar ao longo do tempo. E isso, nos remete a refletir sobre o papel de cada um de nós nessa sociedade tão carregada de valores morais e sociais, trazendo consigo a exclusão e o preconceito.

A partir dessa experiência, no PIM, evidencia-se claramente que grande parte das famílias vivem em condições precárias, sem oportunidades de ingressar no mercado de trabalho, ou seja, são pessoas na margem da sociedade, sofrendo exclusão, o mal que prevalece e perpassa os limites da compreensão sobre elas. A exclusão é consequência da existência de uma sociedade consumista, da qual só faz parte quem estiver dentro do circuito social, ou seja, aquelas pessoas com possibilidade de contribuir para a cultura do consumo. Na visão de Castel (2004), a condição social é determinada pela condição financeira do indivíduo.

Nesse sentido, faz-se necessário colocar que a concepção de família no século XII e XIII era estabelecida conforme os modelos já existentes, ou seja, a família era rotulada de acordo com a posição social e moral da época, sendo que seguia-se um sistema conservador, onde a família era constituída de forma a obedecer uma hierarquia. Para isso, Ariès (ARIÈS, 1981), afirma que:

Essa família do século XII, entretanto, não era a família moderna: distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que conservava. Onde ela existiu, ou seja, nas grandes casas, ela era o centro das relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família, p. 69).

Sendo assim, designar o que significa família é um tanto que perigoso, pois essa concepção deve levar em conta o que está a sua volta, a realidade a qual está sendo mencionada, quais são as dificuldades, necessidades tanto materiais quanto afetivas dessas famílias. Como afirma Fonseca : "assim, a relação indivíduo - família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar, pois a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando" (FONSECA, 2005: 52). Diante disso, é imprescindível que se pense em estratégias que busquem a proximidade com os membros familiares, procurando compreender cada situação e principalmente estar disposto a ouvir as pessoas. Freire (2003) afirma que só conseguimos falar com alguém se soubermos ouvir esse alguém.

Por isso, fica claro que o diálogo permanente com a família de forma que todos os envolvidos sejam atores participantes do processo de ensino-aprendizagem da criança é fundamental. As relações estabelecidas entre

os sujeitos participantes têm um importante papel, pois são nessas relações de afeto e companheirismo que o conhecimento é constituído.

Dentre os diferentes arranjos familiares encaixa-se aquele que ainda prevalece a figura da mulher como responsável pela educação das crianças, o que acaba por sobrecarregando-a com uma quantidade enorme de obrigações, contando que consiga dar conta de todas as funções que lhe são incumbidas; além da sua jornada no seu ambiente de trabalho, a casa lhe espera com tantas outras atribuições. De acordo com Giddens (2005),

Descobertas mostram que as mulheres continuam a carregar a principal responsabilidade pelos afazeres domésticos e a desfrutar de menos tempo de lazer do que os homens, apesar do fato de que nunca antes tantas mulheres trabalharam fora, em empregos remunerados, como hoje em dia (p. 164).

Conseqüentemente, a tarefa de educar aparece mais freqüentemente como sendo uma responsabilidade única e exclusiva da mãe. Quanto a isso, o PIM busca resgatar a participação tanto do pai quanto da mãe na tarefa de educar e cuidar dos filhos, demonstrando a importância da presença de ambos para o melhor desenvolvimento da criança, ações que poderão ser vivenciadas ao longo do tempo.

Esse resgate se faz necessário na busca de trabalhar o afeto, o diálogo e sua importância para o desenvolvimento saudável da criança, aspectos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se conversava muito sobre quanto era indispensável esse acompanhamento do desenvolvimento do filho, o qual deveria se estender ao ambiente escolar futuramente. Sempre fundamentando que a escola sozinha não consegue dar conta de tudo, que a presença da família é de fundamental importância para a aprendizagem o sujeito, pois o conhecimento é construído a partir das relações que se estabelece com o mundo que nos cerca. Para Becker: "a fonte da aprendizagem é a ação do sujeito, ou seja, o indivíduo aprende por força das ações que ele mesmo pratica: ações que buscam êxito e ações que, a partir do êxito obtido, buscam a verdade ao apropriar-se das ações que obtiveram êxito (BECKER, 2003: 14).

Sendo assim, fica claro o quanto é importante a participação da família na vida das crianças, pois, desta forma, os vínculos afetivos tendem a se fortalecer cada vez mais tendo, a partir disso, uma remodelação das práticas educativas dos pais para com os filhos, tornando o processo de aprendizagem mais prazeroso, interessante e significativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo acredita-se que essa compreensão da realidade pode mostrar novos caminhos para refletir, discutir e intervir dentro do ambiente familiar, o que

dá sustentação ao trabalho com as famílias, propiciando a compreensão de cada realidade.

Fica claro o quão é importante repensar a respeito das atividades pedagógicas propostas para que se possa compreender de forma clara as fases evolutivas que a criança precisa passar para construir seus conhecimentos. Tendo como base a participação da família nesse processo, pois a aprendizagem não depende de hereditariedade, nem de classe social e sim da qualidade das relações que se estabelecem com o mundo.

Entende-se, que a infância é um período que precisa ser respeitado e valorizado, pois é uma etapa fundamental para a vida de todo ser humano, já que é nessa fase que se se constitui enquanto sujeito; assim, o processo de construção da lecto-escrita precisa acontecer de forma prazerosa, significativa e lúdica.

Portanto, acredita-se que programas como este possam vir a contribuir para minimizar as diferenças sociais e estruturais que repercutem sobre as possibilidades de aprendizagem das crianças das classes sociais menos favorecidas, tanto economicamente, quanto pela própria sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução por Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BECKER, Fernando. *A origem do conhecimento e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CASTEL, Robert & Outros. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

DOLLE, Jean-Marie. *Para compreender Jean Piaget*. Tradução por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 2001.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução por Diana Myriam Lichtenstein. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FONSECA, Claudia. *Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica*. In: Saúde e Sociedade. São Paulo: USP, maio/ago., 2005.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução por Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIAGET, Jean. *Abstração reflexionante: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais*. Tradução por Fernando Becker e Petronilha B. G. Da Silva. Porto Alegre: Artmed, 1995.

\_\_\_\_\_. *Seis estudos de psicologia*. Tradução por Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 24. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

RAMIRES, Vera Regina; SCHNEIDER, Alessandra. *Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública*. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. *Programa Primeira Infância Melhor. Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador*. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

<http://www.pim.saude.org.br>. Acesso em 11 de julh. de 2009, às 18:30h.

---

[1] Lei Estadual Nº 2.544, de 03 de julho de 2006 - Institui o Programa Primeira Infância Melhor - PIM.

2 Termo utilizado pelo programa para definir o responsável pela criança, com quem ela convive.